

Educação ambiental em busca do “paraíso perdido”

Tarso Mazzotti

Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estácio de Sá, Av. Presidente Vargas 642, 22º andar, Centro, 20071-001, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. e-mail: tarsomazzotti@uol.com.br

RESUMO. A necessidade de instituir a dimensão ambiental nos currículos escolares em todos os níveis de ensino põe em cena um debate entre duas correntes políticas: a dos ambientalistas, que julgam que a sociedade sustentável tem por meta a riqueza natural; e a que considera a natureza como meio para a vida humana. A primeira concepção sustenta-se em metáforas orgânicas, sendo a mais saliente a de que ambiente saudável está para a saúde do corpo assim como os problemas ambientais estão para as enfermidades. Tal concepção afirma que as necessidades humanas são apenas as vitais, considerando as demais como variações sem hierarquia (CICLO DO TEMPO); ao mesmo tempo, sustenta ser necessária maior produtividade, pelo que estabelece uma hierarquia entre modos de produzir arcaico e o ambientalmente saudável (SETA DO TEMPO).

Palavras-chave: educação ambiental, representação social, sociedade sustentável, análise retórica, metáforas.

ABSTRACT. Environmental education in search of the “lost paradise”. The need of instituting the environmental dimension in the school curricula introduces a debate between two political tendencies: that of environmentalists who think that sustainable society has natural richness as a goal; and that which considers nature as means for human life. The first concept is based on organic metaphors; the most highlighted one is that a healthy environment contributes to the body’s health, and that environmental problems are related to infirmities. This concept states that human needs are only the vital ones; the others are variations, without any hierarchy (TIME CYCLE). At the same time it sustains that greater productivity, is needed. A hierarchy is established between archaic (TIME ARROW) ways of producing and environmentally healthy ones.

Key words: environmental education, social representation, sustainable society, rhetoric analyses, metaphors.

Introdução

Pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* a dimensão ambiental tem lugar garantido na educação básica; determina-se o mesmo nas *Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior*. Ambos estabelecem que cada disciplina, à medida de suas possibilidades, aborde aspectos relacionados com o ambiente, mostrando a necessidade da reorganização das atividades sociais para garantir, de alguma maneira, a sobrevivência da espécie humana em uma sociedade ambientalmente sustentada.

Aqueles e outros documentos oficiais referem-se à *sociedade sustentável* sem, no entanto, esclarecer o seu significado. Por serem documentos oficiais apresentam uma característica comum a todos eles: são intencionalmente ambíguos e ecléticos. Essa característica permite à militância ambientalista, no âmbito das escolas, estabelecer uma certa concepção de sociedade sustentável, que consideram ser a única

correta e adequada. Por exemplo, há estudiosos e educadores que apóiam a tese de que os “agricultores tradicionais” organizam a produção de maneira ecológica, como ocorreria na Amazônia, onde os agricultores tradicionais fazem suas culturas dispersas pela floresta protegendo-as dos agressores naturais que comprometem a produção a longo prazo (Tarté, 1995, p. 57). Para tais autores há duas racionalidades antagônicas: a própria da técnica agrônômica (instrumental) moderna, que dilapida a natureza como força produtiva; e, uma outra, adequada ao meio, de caráter extensivo, mas com alta produtividade quando se faz um balanço energético de longo prazo. Tais ambientalistas sustentam que há uma “consciência ecológica” entre os agricultores e outros grupos tradicionais, a partir da qual denunciam a “irracionalidade” e “instrumentalismo” das ciências e tecnologias modernas, pelo que “faz[em] da ciência, e não da religião, o ópio do povo” (Osiel, 1983, p. 18). Donde muitos ecologistas

postularem a necessidade do resgate das culturas populares como caminho para a solução dos desequilíbrios entre o homem e a natureza. Sendo assim, as diversas culturas populares têm mais a ensinar a nós, os civilizados, do que nós a eles. Assume-se que a racionalidade moderna é expressão do cartesianismo, considerado instrumentalista, devendo-se substituí-la por uma *visão holística* (por exemplo: Gonçalves, 1990; Tarté, 1995; Viezzer e Ovalles, 1995).

Tem-se, então, representações de *ciências, culturas populares, processo histórico que determinou a constituição da sociedade moderna*, bem como uma proposta de mudança social. A proposta de mudança social organiza-se em torno da constituição de *sociedades sustentáveis* efetivadas por uma *nova economia política*.

Aqui examina-se, em seus traços mais relevantes, uma proposta defendida por um amplo grupo de ambientalistas latino-americanos indicando que há um conflito no interior de suas proposições, uma vez que operam com duas metáforas concorrentes e antagônicas: a da SETA DO TEMPO e a do CICLO DO TEMPO.¹ Além disso, mostra-se que a concepção de equilíbrio ambiental sustenta-se em uma outra metáfora: a que considera os problemas ambientais como se fossem ENFERMIDADES, na qual os ambientalistas apresentam-se como MÉDICOS, que prescrevem os meios para CURAR A SOCIEDADE DOENTE. Por essa via, eles se apresentam como porta-vozes da natureza, este ser sem voz, os que devem dirigir ou governar a sociedade, inicialmente pelo controle afetivo e cognitivo dos professores e estudantes. Principia-se pela apresentação de alguns aspectos históricos que impuseram o reconhecimento dos problemas ambientais, que, desde o início, estabeleceu uma disputa entre ambientalistas e cientistas.

Alguns aspectos históricos

Os problemas ambientais apareceram claramente depois da Segunda Guerra, quando se constatou que uma próxima utilizaria armas atômicas ou nucleares que destruiriam a vida no planeta. Tal convicção foi alimentada pelos cientistas que se envolveram ativamente na luta pela supressão das armas nucleares, a quais, diga-se de passagem, ainda não foram eliminadas. Na década de 1960 emergiu um movimento social que criticou as ciências por produzirem as armas atômicas, bem como a poluição e a miséria. Pode-se ter uma visão geral desse

movimento pela leitura da obra organizada por Jaubert e Lévy-Leblond (1975, p. 13-14; os itálicos são do original), ao dizerem:

Na medida em que os efeitos perigosos ou nefastos dessas aplicações [dos conhecimentos científicos], das bombas atômicas à poluição, parecem inelutavelmente decorrer das descobertas fundamentais que lhes deram origem, a crítica remonta, naturalmente, dos efeitos à causa presumida, do *câncer tecnológico* ao conhecimento científico.

Lévy-Leblond e Jaubert criticavam os que consideram que as ciências são responsáveis pelo CÂNCER TECNOLÓGICO, uma vez que, para eles, as razões das crises ambiental e armamentista são políticas. Para aqueles autores, os cientistas são os “novos proletários”, que têm a obrigação moral de esclarecer e denunciar os desmandos e, ao mesmo tempo, preparar uma nova vida social em conjunto com os demais trabalhadores.

Aquela crítica das ciências foi coadjuvada pela publicação do chamado *Relatório do Clube de Roma — The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicaments of Mankind* —, que sustentou existirem limites estreitos para a sustentabilidade das atividades econômicas. Isto porque as necessidades de matérias-primas e as energéticas atuais e futuras são incompatíveis com os recursos tradicionalmente explorados no planeta. O *Relatório do Clube de Roma* passou despercebido no ano de sua publicação (1972), mas, no ano seguinte, com a chamada “primeira crise do petróleo” tornou-se o centro dos debates, quando os ambientalistas puderam recordar o que vinham alertando: o crescimento econômico produz conseqüências nefastas. O *Relatório* deu força à noção de que é preciso abandonar a “economia produtivista e consumista” com vistas à adoção um modo de vida voltado para o Ser em lugar do Ter. No âmbito de tais considerações, o ambientalismo criticou as ciências e as tecnologias como sendo as causas da crise, bem como expressões do modo de vida consumista, aquisitivo, que tanto os capitalistas quanto os marxistas defendem. Uma vez que as ciências existentes produzem o CÂNCER TECNOLÓGICO, então é preciso substituir suas concepções fragmentadas do mundo pelo “holismo”. Assumem que a “unidade do mundo” requer uma ciência de tal unidade. Essa posição epistemológica expressa um certo empirismo ingênuo, que precisa ser melhor examinado, o que se deixa para outros ou outra oportunidade.

As insatisfações sentidas frente ao caráter

¹Será utilizada a notação em capital para indicar que a expressão é uma metáfora, acompanhando a recomendação dos editores de *Metaphor and Symbol*, A Quartely Journal, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

inevitável da crise, associada à noção genérica do “ser em lugar do ter”, obteve “um poderoso apoio coletivo por parte dos grandes meios de informação” (Acot, 1990, p. 172) ressaltando e ampliando a difusão daquela crítica.

No entanto, o ecologismo pretende fundamentar-se nas ciências, particularmente na Ecologia. Por que criticam as ciências? Acot (1990, p. 172) sustenta que se está frente a um “neocientismo” que “se apresenta como um pensamento científico da necessária evolução das sociedades humanas”, que opera com as noções de *amor* e *aliança* entre os seres humanos, bem como entre os homens e a natureza que são ensinadas pelas necessidades profundas das relações ecossistêmicas. Daí Acot (1990, p. 173) dizer que a “ideologia ecologista” é um “retorno ao sagrado”, para a qual a natureza é o valor supremo (ver também Ferry, 1995).

Há um outro pólo de atores sociais preocupados com as crises ambientais: a dos cientistas e especialistas dos governos reunidos pela Unesco em 1968. Na ocasião, admitiu-se que se está na NAVE ESPACIAL TERRA, considerando a conservação da natureza de maneira dinâmica, a qual requer uma política global com o objetivo de organizar a vida econômica e social de tal maneira que permita a *saúde física e mental dos homens*. Quatro anos depois, na Conferência de Estocolmo, foram definidas as bases de uma legislação internacional para Biosfera, que trata desde a proibição de armas atômicas até diretivas para solucionar os problemas ambientais globais, além de condenar o racismo, o *apartheid* e o colonialismo. Foi ainda proposto o domínio científico dos problemas ambientais, considerando a natureza um meio para a *realização humana*. No entanto, o ecologismo ou ambientalismo considera a natureza um fim em si, o que levou Acot (1990, p. 169) assinalar: “Tratar-se-á de adaptar as atividades humanas às exigências ‘objetivas’ da ordem natural, mais do que se curvar a essa ordem estabelecida (no duplo sentido do termo) às necessidade humanas”.

Os dois pólos de um contínuo estão representados pelos cientistas, que evitam inferências que lhes pareçam ou desarrazoadas ou político-partidária, ainda que defendam uma política ou ética centrada no humano (humanismo moderno); e, pelo neocientismo, que sustenta uma ética ou política centrada em uma certa representação da natureza, que subsume o humano ao natural (naturalismo moderno). Estes últimos tendem a julgar os primeiros como conservacionistas por não compreenderem as determinações políticas dos problemas ambientais (por exemplo, Reigota, 1995; Viezzer e Ovalles, 1995), por certo as políticas que

eles defendem.

Há, pois, duas políticas nas disputas pela determinação da educação ambiental nas escolas. Se a educação ambiental é um campo de disputa entre os cientistas e ambientalistas, então é necessário compreender a pauta dos debates e as fontes das querelas.

A compreensão dos processos envolvidos nos problemas ambientais exige um forte aparato conceitual que se desenvolveu pela constituição da Ecologia, originada na Fitogeografia e que, atualmente, abrange um conjunto de disciplinas que têm em comum um certo modelo sistêmico das interações ambientais. Esse modelo incorpora a dinâmica, ou processos, que se definem por meio de equilíbrios instáveis, que podem estudados por meio da teoria dos sistemas dinâmicos (cf., por exemplo, Bergé *et al.* 1996). Mas, para muitos educadores ambientais essa maneira de ver é cientificista, porque a questão central é ética ou política. Todo aquele instrumental para o pensamento seria, no mínimo, desnecessário para a efetivação do desejado: a construção de uma sociedade ambientalmente saudável, daí Tarté (1995, p. 57) asseverar que “a sustentabilidade é uma idéia moral”.

Na disputa pelo controle da Educação Ambiental, os ambientalistas têm uma certa vantagem, uma vez que suas concepções coincidem com as representações de professores e estudantes. Elas também aparecem em pronunciamentos governamentais, bem como em documentos do Conselho Federal de Educação (Parecer 226/87) e nos livros didáticos (por exemplo, Coelho, 1993), o que será apresentado a seguir.

Da representação de “problema ambiental” à de “sociedade sustentável”

Em uma pesquisa conduzida por Mazzotti (1997), foram entrevistados professores e estudantes do ensino básico da cidade do Rio de Janeiro, bem como lideranças comunitárias, analisados documentos, livros didáticos e manuais de educação ambiental procurando apreender como tratam o tema *problema ambiental*. Verificou-se que o núcleo da representação de “problema ambiental” coordena-se e condensa-se na metáfora: ENFERMIDADE. Há problema ambiental quando ocorre um desequilíbrio do meio, assim como a doença é um desequilíbrio do corpo saudável. Por esse núcleo argumentativo a sociedade atual é artificial; logo, não pode ser equilibrada, uma vez que o equilíbrio é próprio do natural (saúde/saudável), que é o oposto do artificial. Dessa representação emerge a busca dos meios que permitam a superação (CURA) do desequilíbrio,

que se apresenta na forma de uma política para a instauração de uma nova sociedade: a sustentável. Esta é harmônica, realiza-se pela auto-regulação que mimetiza a do corpo humano, daí a proposta de um novo “contrato com a natureza” ou de uma “nova aliança” ou, ainda, de uma “nova utopia” (ver Reigota, 1995; Viezzer e Ovalles 1995). O que se expressa na analogia: *a economia está para a ecologia assim como o artificial está para o natural*.

Elegengren (s.d., p. 43) põe em questão aquela analogia ao postular: “Por acaso não seria natural viver segundo os princípios evolutivos, isto é, a adaptação seletiva? Se for assim, então o homem seria o mais eficiente organismo natural e seria a própria natureza — não a economia — que nos teria guiado para a crise ecológica”. De fato, caso se utilize a concepção de que as espécies mais adaptadas expressam o “princípio evolutivo” da “adaptação seletiva”, então a humana é a mais bem sucedida, a mais eficiente, tanto que atualmente domina o mundo. Neste sentido, a crise ambiental foi produzida pelos “princípios evolutivos”, e não pela economia dita artificial. Sendo assim, a economia passa a ser uma expressão de um processo biológico, natural, que não pode ser revogado pelas intenções humanas, uma vez que se apresenta como algo necessário à vida em geral. Elegengren contesta aquela concepção naturalista reafirmando as do evolucionismo spenceriano, no qual há continuidade entre o “princípios vitais” e os que regem a sociedade humanam, ou seja, é ainda mais radicalmente “naturalista”.²

Os ambientalistas são impermeáveis aos argumentos de Elegengren, bem como aos de outros. A resistência a esses argumentos talvez possa ser explicada pelo esquema básico do sociocentrismo:

os outros [homens gananciosos, consumistas, predadores que só querem o lucro] contaminam/destroem a natureza nós [as vítimas/os que querem uma vida melhor] sofremos com a ação dos outros então, é preciso reeducar/coibir os outros.

Se os culpados são os outros, então é preciso coibi-los, fazer com que tenham consciência do necessário. Esse esquema argumentativo origina-se de uma tomada de posição a respeito do lucro, cuja origem se perde nas brumas do tempo. O *necessário*, do ponto de vista dos ambientalistas, é a instauração de uma certa consciência, a defendida por eles. Daí o papel fundamental da educação para a realização da sociedade sustentável. A consciência ambiental, ou ecológica, requerida, tem sua base uma certa

concepção das *necessidades humanas*, que se encontra sumariada no *Manual Latino-americano de Educação Ambiental*.

Educação ambiental para a América Latina

Uma das correntes mais atuantes no setor é a que será aqui denominado *consenso ambientalista latino-americano*, abreviadamente *consenso*, cujo documento básico é o *Manual Latino-americano de Educação Ambiental* (Viezzer e Ovalles, 1995), daqui por diante nomeado *Manual*. Este expressa um esforço coletivo de educadores latino-americanos e caribenhos no sentido de explicitar uma política de educação ambiental nos marcos de uma certa educação popular. Com base no relato de seus autores, conclui-se que ele é uma obra coletiva, expressa um certo *consenso funcional* ou *representação social* a respeito da educação ambiental, bem como de ambiente, de educação popular, de gestão ambiental, e das relações das ciências e tecnologias com a vida social. Por essa característica o *Manual* precisa ser conhecido e avaliado, uma vez que muitas de suas diretivas encontram-se nos discursos de professores, estudantes e políticos sem que eles saibam algo sobre a sua origem.

Para o *consenso*, a educação ambiental tem por finalidade a modificação das atuais relações entre a sociedade humana e a natureza (dita: *meio-ambiente*³) para alcançar uma melhor qualidade de vida. Isso com o objetivo de instaurar “uma sociedade baseada na solidariedade, afetividade e cooperação, visando a justa distribuição de seus frutos entre todos” (p. 20-21), o inverso do que caracterizam ser a sociedade atual. A “educação ambiental holística” organiza-se pela revisão dos valores e práticas” (p. 21), constituindo uma “nova moral”, que deve emergir das relações democráticas na atividade educativa. Tais práticas devem ser estabelecidas com vistas a reaprender o mundo sem “separações *artificiais* entre mestres e aprendizes, entre sexos e idades, e entre saberes” (p. 21; eu grifei). Assim, as relações sociais contemporâneas são artificiais, logo não têm valor, havendo a necessidade de novos valores. Nesse âmbito, o “meio-ambiente” é considerado o centro das preocupações de todos os homens e mulheres. tem-se, então, o núcleo argumentativo do consenso em exame: o natural é superior a qualquer artifício, ou artificial, a qualquer coisa feita pelas mãos humanas.

Cabe, agora, apresentar os principais elementos

²Um exame crítico do “sistema sintético de filosofia” ou “evolucionismo” devido a Herbert Spencer encontra-se em Tort (1996).

³Ao estabelecer uma relação conetiva entre “sociedade humana” e “meio-ambiente” considera-se que o humano é, de alguma maneira, externo ao natural, pelo que “meio ambiente” põe-se como sendo apenas “o natural”, donde a identidade entre “natural” e “meio-ambiente”, por mais imprópria que ela seja.

do argumento do *consenso*, começando pela explicitação do que consideram ser a base conceitual de uma *nova economia política*, por eles denominada “economia descalça”, a do *desenvolvimento em escala humana*, que seria contrária ao posto em ação na economia contemporânea. É o que será abordado a seguir.

As necessidades humanas são as vitais

Quais são as necessidades humanas? Para a voz autorizada do *consenso*, as necessidades humanas subordinam-se às vitais, porque devem realizar as “necessidades vitais”, pelo que as variações culturais existentes são apenas variações — biodiversidade? — que não podem ser consideradas superiores ou inferiores, uma vez que não são hierarquizáveis por qualquer critério. Por essa concepção, as culturas pré-colombianas são equivalentes às pós-colombianas, são apenas diferentes, não há qualquer hierarquia defensável. Aqui opera a metáfora CICLO DO TEMPO, o eterno repetir natural.⁴

No entanto, os autores do *Manual* consideram que as formas arcaicas de produção são menos produtivas, ainda que estivessem ou estejam em harmonia com seus ecossistemas. Por esse argumento deveriam concluir que produtividade é um critério de diferenciação hierárquica — o mesmo utilizado por Adam Smith para classificar as nações, pelo qual os evolucionistas (spencerianos) estabeleceram a hierarquia entre as raças humanas —, visto que há sociedades mais e menos produtivas, sendo que as primeiras são superiores em relação às segundas. Isto porque quanto maior a produtividade maiores são as probabilidades de atendimento das necessidades vitais. Opera-se, então, a partir da metáfora SETA DO TEMPO, que tem por critério uma classificação (hierarquia) da produtividade do trabalho humano e das forças naturais, pois as formas arcaicas são consideradas, pelos membros do *consenso*, como menos produtivas. Todavia, os autores sustentam que o *desenvolvimento em escala humana*, o desejado pela “economia descalça”, não implica hierarquização dos modos de produzir. Tem-se, assim, um desenvolvimento que não desenvolve, uma vez que não há superação, ultrapassagens; tem-se o mesmo com maior ou menor produtividade, a qual não se apresenta como um critério de hierarquia entre os modos de produzir, argumento coordenado e condensado na metáfora CICLO DO TEMPO.

Há, pois, duas metáforas que coordenam e condensam o discurso ambientalista: a do CICLO DO TEMPO e a da SETA DO TEMPO. Pela

primeira, as sociedades humanas são apenas diferentes entre si, sem que se possa estabelecer qualquer hierarquia entre elas; pela segunda, deseja-se realizar um desenvolvimento em direção a uma sociedade ambientalmente sustentável, com base em alguma tecnologia apropriada ao meio, a que apresente maior produtividade do que a das sociedades arcaicas. Tais metáforas conferem certa instabilidade ao discurso ambientalista que ora proclama a “volta à simplicidade natural” ora afirma a necessidade de tecnologias que superem a baixa produtividade e o desperdício para melhor atender às necessidades humanas, estas consideradas apenas por seus aspectos vitais. Examina-se, agora, o que eles consideram ser característico da sustentabilidade.

Tecnologia apropriada e sua apropriação pelas pessoas

Os membros do *consenso* consideram que a sustentabilidade implica não só o uso racional dos recursos ambientais, mas a aquisição de certa capacidade de os administrar. As comunidades devem assumir a responsabilidade de gerenciar o processo produtivo para alcançar as metas por elas estabelecidas. Esse é “[...] um processo que conduz ao aumento do potencial das comunidades e das populações para enfrentar e resolver seus problemas ambientais e para incrementar a capacidade de autogestão” (Viezzler e Ovalles, 1995, p. 118). Assim, a sustentabilidade é uma meta política, logo intencional, que tem por critério as necessidades humanas vitais e as do ambiente. Sendo intencional, é tão artificial quanto quaisquer outras, mas esta inconsistência não se apresenta no horizonte, a não ser que se suponha existir intencionalidade na “natureza”...

Note-se que os autores consideram necessária uma tecnologia apropriada ao ambiente local, ou seja, algo intencionalmente produzido para atender os critérios que apresentam, algo feito pelos homens, uma artificialidade no sentido próprio. A tecnologias apropriadas ao ambiente são necessárias porque nos:

ecossistemas complexos, a produtividade ecológica se sustenta na conservação das estruturas dos solos e nos fluxos de energia e matéria. Seu equilíbrio e estabilidade estão em relação direta com a diversidade biológica dos mesmos ecossistemas. Isto traz como consequência a necessidade de conservar esta diversidade ao transformar os recursos naturais com fins produtivos (Viezzler e Ovalles, 1995, p. 118-119).

A ação intencional dos ambientalistas busca a estabilidade — o equilíbrio estático — no uso dos recursos naturais com vistas a torná-los produtivos

⁴A respeito dessa metáfora e SETA DO TEMPO, ver Gould (1991).

para os homens e para a natureza. Deriva daí a caracterização de “tecnologia apropriada” por meio dos seguintes indicadores: “1. Harmonia com o ecossistema; 2. Autonomia local; 3. Baixo custo; 4. Alto potencial de ocupação [da força de trabalho]; 5. Capacitação acessível; 6. Garantia de continuidade; 7. Menos burocracia; 8. Acidentes em menor escala; 9. Gestão democrática; 10. Adaptabilidade. Tais características são imediatamente realizáveis, pois precisam “só de uma nova mentalidade de quem concebe e utiliza” (Viezzler e Ovalles, 1995, p. 127). A característica “capacitação acessível” significa que “não requer níveis complicados de capacitação para ser utilizada” (Viezzler e Ovalles, 1995, p. 127), assim, não requer alguma formação científica e tecnológica. A proposta fundamenta-se em uma certa compreensão do complicado sistema ecológico, mas não propõe que as pessoas venham a ser formadas nas ciências para compreenderem e aplicarem a tecnologia apropriada. Com isto, podem ser apresentados como os *porta-vozes da natureza*, lugar social do ambientalista reivindicado por Latour (1999).

Pode-se perceber que os participantes do consenso latino-americano apresentam concepções conflitantes e ecléticas sobre aspectos-chave da relação homem/natureza e das políticas econômicas. Quando afirmam que as diversas culturas são apenas variações, pois não há qualquer hierarquia entre elas, assumem o critério próprio da Biologia sobre a variabilidade dos organismos. Todavia, as culturas são intencionais, uma vez que buscam algo que representa os interesses e necessidades dos homens. Isto também é verdadeiro para o *consenso*, já que propõe instituir tecnologias apropriadas ao meio, um projeto humano com finalidade expressa e contrária à variabilidade biológica. É certo que os membros do *consenso* não podem assumir que a produtividade resulta de uma busca intencional e de longo prazo da adaptação do meio natural à vida humana, pois teriam que afirmar que a vida social humana é necessariamente artificial, um artefato das múltiplas intencionalidades e interesses em conflitos. Julgam, então, que as comunidades arcaicas, que estariam “mais próximas da natureza”, não são artificiais graças a esta proximidade (expressão do empirismo ingênuo), portanto elas são potencialmente a desejável sociedade sustentável, bastando aperfeiçoar certos aspectos relativos à gestão da produção. Daí afirmarem que pretendem criar novos modos de vida baseados no atendimento das necessidades vitais, sem distinções étnicas, físicas, de gênero (sexo), idade, religião ou classe (Viezzler e Ovalles, 1995, p. 31). Encontra-se no âmbito de uma proposta explicitamente apresentada como uma *utopia realizável*, o que leva a examinar o caráter das utopias.

Do gênero utopia à “utopia realizável” dos ambientalistas

A sociedade estável, sem lutas e sem guerras, na qual os interesses individuais estão subsumidos no coletivo, foi o motivo de inúmeras narrativas que, hoje, recebem o nome comum “utopias”. A característica saliente das utopias não é, como se tem dito, que são irrealizáveis, porque esse gênero literário busca mostrar os males da sociedade existente por meio de uma narrativa que apresenta uma outra, na qual suas disfunções foram sanadas. De partida é irreal e irrealizável, uma vez que é um gênero que recorre à ironia, que se efetiva por meio de uma fábula, a que contradiz o presente ao expor um outro modo de vida, sem maiores preocupações com a sua efetividade. O fundamental nas utopias é o congelamento da política, das lutas, das disputas em torno de interesses individuais ou grupais. A utopia é o sonho de uma sociedade dotada de regulação interna, auto-regulada como o corpo, ela “é a representante do ideal de toda organização artificial: mimetizar, com a maior fidelidade possível, o organismo vivo” (Gros, 1980, p. 73; ver também Soboul, 1976). Os utopistas temem as lutas, a “guerra de todos contra todos”, afirmam a necessidade da instauração de uma sociedade harmoniosa, “natural”, “sem os artificialismos modernos”. Na utopia, as eventuais disputas são mediadas por alguma instância que as estanca definitivamente — o tema da “mediação” ocupa lugar de destaque no *Manual* (p. 111-115). O mediador, o termo médio, subsume os pólos, tornando-os o mesmo, já o disse Hegel. Mas, há outra forma de mediação, a que procura realizar acordos que contemplem os interesses das partes, como ocorre em uma disputa judicial. Nesse caso, não se tem uma mediação dos pólos, como ocorre em um silogismo, mas um terreno no qual as lutas são argumentadas sob regras dos debates e coordenadas pelo juiz que deve garantir a lisura na disputa. Tal não é o caso da mediação em que, além dos humanos representando seus interesses, há um terceiro: a natureza, apresentado como membro legítimo da disputa, e que dá a última palavra. Recorde-se que uma “lei natural” é irrevogável, imperativa, não há como e nem porque negociar algo efetivamente “natural”. Como a natureza não tem voz, institui-se um representante, um porta-voz: os ambientalistas.

A sociedade sustentável, a utopia realizável do *consenso*, instaurará o “modo de vida natural”, no qual as relações sociais serão reguladas pelas condições ambientais, culturais, étnicas e de divisão sexual governadas de maneira equilibrada. Para tanto

propõem, por exemplo, deixar de lado a divisão artificial entre sábios e não-sábios, proscrevendo a meritocracia, em nome da democracia. Ao deixarem de lado a meritocracia, destroçam um dos sustentáculos da democracia: a promoção das pessoas por seus méritos, não pela “origem de sangue”, como ocorre nas sociedades nobiliárquicas. A sociedade democrática requer que as pessoas sejam iguais do ponto de vista político — isonomia —, independente de suas diferenças naturais. A democracia é o lugar das *filias*, dos laços de amizade, que se estabelecem pela adesão às idéias, às crenças, ao preferível ou valor, não por alguma ligação natural. Donde a democracia ser a afirmação do artificial, uma vez que nega a pertinência do natural nas relações sociais ou políticas. Ao considerar que a vida social deve apoiar-se no natural, retomam-se as concepções de nobreza de sangue abolidas pela democracia ateniense, para ficar na que inaugurou o mundo Ocidental (ver Mazzotti, 1998).

Conclusão

O *Manual* é uma certa representação social de um setor do ambientalismo latino-americano sobre as relações homem-natureza que sustenta uma política que propõe substituir a sociedade existente pela “natural”, a “não-artificial”. A nova sociedade não é una, mas múltipla, uma vez que devem ser adaptadas aos ecossistemas moldando as diversas culturas da América Latina, o que produzirá uma “cultura tropical” ou um “nacionalismo latino-americano”. As novas sociedades sustentáveis, as “utopias realizáveis”, devem aplicar uma “nova economia” (dita: *economia descalça*) centrada nas necessidades vitais, que se encontram na origem e no centro de um sistema que postulam ser não hierárquico. Os gestores da nova vida social falam em nome da natureza, e, por serem os mediadores, subsumem os pólos “homem” e “natureza”, apagando a diferença entre o propriamente humano — a sua eticidade — e o natural, afirmando uma ética natural.

O discurso do *consenso* é persuasivo por sustentar em uma certa concepção do funcionamento normal do corpo humano: seu equilíbrio. Esse argumento origina-se da analogia: *o natural está para a saúde assim como o artificial está para a doença*, da qual origina-se a metáfora: AMBIENTE SAUDÁVEL. Além disso, operam com duas outras metáforas antagônicas também originária de uma comparação com o orgânico: CICLO DO TEMPO (circulação do sangue) e SETA DO TEMPO (crescimento).

Sem dúvida a dimensão ambiental impõe-se na organização do ensino em todos os níveis, pois seu

desconhecimento tem produzido algumas das crises ambientais em que se vive. Para isso é preciso que os estudantes aprendam corretamente os modelos utilizados pelas ciências que buscam explicar as relações entre os seres orgânicos e inorgânicos, particularmente as referentes à produção de valores de uso para os homens. Limitou-se, aqui, a mostrar as razões pelas quais o ambientalismo do *consenso* é persuasivo, a partir do que é factível constituir uma ação que conduza a propor uma educação ambiental sustentada nas ciências, não em representações míticas ou místicas agenciadas por metáforas organicistas.

Referências

- ACOT, P. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BERGÉ, P. et al. *Dos ritmos ao caos*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- COELHO, M.A. *Geografia geral: o espaço natural e socioeconômico*. São Paulo: Moderna, 1992.
- ELEGENGREN, J. *Economia y ecología. Medio Ambiente*, Lima, n. 44, p. 42-45, s.d.
- FERRY, L. *A nova ordem ecológica. A árvore, o animal, o homem*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- JAUBERT, A.; LÉVY-LEBLOND, J.M. (*Auto*) *critique de la science*. Paris: Points, 1975.
- GONÇALVES, D.R.P. A educação ambiental e o ensino básico. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE, 4., 1990, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFRS/Ibama, 1990. p. 125-146.
- GROS, J.M. L'utopie et la science dans la définitions du socialisme. In: PLANTY-BONJOUR, G. (Ed.). *Science et dialectique chez Hegel et Marx*. Paris: Éditions du CNRS, 1980. p. 69-84.
- LATOUR, B. *Politiques de la nature. Comment faire entre les sciences en démocratie*. Paris: La Découverte, 1999.
- MAZZOTTI, T.B. Uma crítica da “ética ambientalista”. In: CHASSOT, A.; OLIVEIRA, J.R. (Org.). *Ciência, ética e cultura na educação*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1998. p. 231-250.
- MAZZOTTI, T.B. Representação social de ‘problema ambiental’: uma contribuição à educação ambiental. *Rev. Bras. Est. Pedag.*, Brasília, v. 78, n. 188-190, p. 86-123, 1997.
- OSIEL, M. O debate atual sobre a cultura popular. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2-3, p. 16-24, 1983.
- REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995 (Coleção Questões de Nossa Época, 41).
- SOBOUL, A. Luzes, crítica social e utopia durante o século XVIII francês. In: DROZ, J. (Dir.). *História geral do socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976. p. 130-253.
- TARTÉ, R. Desafio, estrategias y opiniones para la agricultura dentro de una gestión de desarrollo

sostenible. In: D'AVILA, M.I. (Org.). *Desenvolvimento social. desafios e estratégias*. Rio de Janeiro: Cátedra da Unesco de Desenvolvimento Durável - UFRJ/EICOS, 1995. v. 2, p. 49-84.

TORT, P. *Dictionaire du darwinisme et de l'évolution*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

VIEZZER, M.I; OVALLES, O. (Org.). *Manual Latino-*

americano de educação ambiental. São Paulo: Editora Gaia, 1995.

Received on October 30, 2006.

Accepted on December 20, 2006.